

OS DESAFIOS DOS INTERPRETES DE LIBRAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Mateus José Ribeiro ¹

RESUMO

Diante das atuais condições impostas à educação por conta da pandemia do novo coronavírus este trabalho busca explicar quais os desafios que o intérprete de libras vem enfrentando durante o ensino remoto. Para tanto, buscou-se apresentar, primeiramente a importância da educação de surdo no Brasil de uma forma geral e no atual tempo de pandemia; depois, analisar como tem se dado a interação professor/intérprete durante as aulas remotas; e, por fim, descrever as metodologias utilizadas no processo de interpretação por esses profissionais. Além da busca do conteúdo em bibliografia especializada, foi realizada entrevista com intérpretes que estão atuando no atual cenário para saber quais as dificuldades enfrentadas no momento e como estão lidando com elas. Este trabalho evidencia também que não basta existir o intérprete de Libras nas escolas, mas que esse profissional precisa ter as condições adequadas para realizar seu trabalho de forma satisfatória para melhor atender o aluno surdo.

Palavras-chave: INTERPRETE, LIBRAS, PANDEMIA, ENSINO REMOTO.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda o estudo da educação inclusiva para surdos, com o foco nos desafios da atuação do tradutor e intérprete de Libras neste período em que atua de forma remota, algo que até poucos meses atrás não era praticado no contexto educacional.

O sistema educacional precisou se adaptar às novas tecnologias e às novas metodologias de ensino, pois as aulas estão acontecendo de forma virtual, sejam elas síncronas ou não. Dessa forma, todos os docentes precisaram se adaptar a essa nova realidade e isso não foi diferente com o intérprete de Libras. Ele precisou também criar novas metodologias de ensino para continuar exercendo o papel de intermediador do conhecimento.

Assim, esse trabalho tem como objetivo geral descrever os principais desafios dos intérpretes de Libras no processo de interpretação em tempos pandêmicos; e como objetivos específicos apresentar a importância da educação de surdos no Brasil e em

¹ Especialista em Literatura, Ensino e Outras Linguagens – UESPI; Graduado em Licenciatura Plena em Letras/Português – UESPI. Email: mateusprimeiroosteus@hotmail.com

tempos de pandemia, analisar a contribuição dos professores nas aulas remotas e descrever as metodologias utilizada no processo de interpretação.

A pesquisa foi realizada através de entrevista com interprete de Libras através do aplicativo WhatsApp. Por conta do momento que o mundo está passando, em virtude da Covid-19 (Corona Vírus), as aulas estão acontecendo de forma remota, como determinado pela portaria Nº 109 / 2020, no artigo 1º, que aborda a suspensão das aulas e pelo decreto Estadual Nº 18.913 /2020, que estabeleceu em seu artigo 1º a prorrogação de suspensão das aulas da rede pública estadual.

Após a prorrogação do decreto 18.884 de 16 de março de 2020, muitas escolas buscaram alternativa para não terem prejuízos quanto ao cumprimento do calendário letivo. Desse modo, a SEDUC regulamentou/oficializou estratégias e diretrizes com a previsão de aulas em regime especial não presenciais, emergencialmente remotas. Logo, as portarias SEDUC-PI/GSE/ADM Nº 115/2020 e SEDUCPI/GSE Nº 228/2020 expedem estratégias e diretrizes sobre o regime especial de aulas não presenciais nas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, definindo essencialmente a manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de estudantes nas dependências escolares como medida preventiva à disseminação da doença COVID-19, enquanto esta perdurar. É nesse contexto que se busca analisar quais os desafios enfrentados pelo intérprete de Libras em suas atividades de ensino.

METODOLOGIA

Esse estudo está dividido em duas etapas, sendo a primeira um levantamento de dados através de uma pesquisa bibliográfica, a partir da utilização de artigos científicos e livros; e a segunda, a entrevista com o interprete de Libras, para conhecer como foi realizado o trabalho de interpretação em um ano pandêmico.

Na parte da revisão bibliográfica, baseamo-nos em artigos acadêmicos encontrados em buscas no Google acadêmico, os quais foram produzidos entre os anos de 2016 e 2020 e publicados em algumas revistas. Prodanov e Freitas (2013) ponderam que a revisão sistemática de literatura é um estudo acerca de estudos previamente realizados sobre determinado tema, a fim de dar aprofundamento ao tema. Foi justamente esse aprofundamento que se buscou nas produções que deram suporte a esse trabalho. Ainda segundo Fonseca (2002, p.23) a pesquisa bibliográfica “[...] é feita a partir do

levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”.

Ademais, buscou-se que a abordagem desse trabalho fosse na forma qualitativa, pois, apoiamo-nos na contribuição de Oliveira (2008) quando diz que:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um trabalho detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade. Esse procedimento visa buscar informações fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que encontra o objeto de pesquisa. Os dados podem ser obtidos através de uma pesquisa bibliográfica, entrevistas, questionários, planilhas e todo instrumento (técnica) que se faz necessário para obtenção de informações. (OLIVEIRA, 2008, p.60).

Para análise dos dados, optamos por aquela que “espera compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente de linguagem”, como afirmam Caregnato e Mutti (2006, p. 684). Esta técnica de análise nos permite averiguar e explanar os dados qualitativos coletados pelos questionários que foram entregues para a coleta dos dados necessários.

Mais especificamente na segunda parte da pesquisa, foram entrevistados intérpretes educacionais que permaneceram atuando durante o período de pandemia. Por questões éticas, não informaremos seus nomes; utilizaremos, no entanto, como modo de identificação, os codinomes “Interprete A” e “Interprete B”.

REFERENCIAL TEÓRICO

O ensino de Libras no Brasil teve início através do francês Ernest Huet, que começou seu trabalho alfabetizando crianças surdas utilizando a língua de sinais francesa. Em junho de 1855, Huet apresentou ao Imperador D. Pedro II um relatório cujo conteúdo revelava a intenção de fundar uma escola para surdos no Brasil. Então, o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) foi criado, em meados do século XIX, por iniciativa do surdo francês E. Huet, tendo como primeira denominação Colégio Nacional para Surdos-Mudos, de ambos os sexos.

Mas, a partir do Congresso em Milão, no ano de 1880, a filosofia educacional mudou na Europa e, conseqüentemente, em todo mundo. O INES em 1911 passou a adotar o oralismo puro, obedecendo à determinação do Congresso Internacional de Surdos Mudos de Milão, que defendia o método oral. Logo, acarretou muitas perdas para os

surdos no desenvolvimento da sua língua materna, Libras (SILVA; SILVA e GONÇALVES, 2015). Esse método durou cerca de 100 anos, até surgir a comunicação total, que a mistura do oralismo e a língua de sinais. Porém, essa metodologia também não foi bem-sucedida e na década de 80 surge, então, o bilinguismo. Esta linha teórica defende que o aprendizado da Língua sinalizada deve preceder o da Língua oral, utilizada na comunidade a qual o surdo pertence.

Foi no ano de 1957 que ocorreu a substituição da palavra “Mudo” pela palavra “Surdo”. Essa mudança refletia o ideário de modernização da década de 1950 no Brasil, no qual o Instituto, e suas discussões sobre educação de surdos, também estava inscrito. Durante muitos anos o INES recebeu alunos do Brasil todo e do exterior, por ser na época a única escola voltado ao ensino de surdos. Ainda nas décadas iniciais do século XX, o Instituto oferecia, além da instrução literária, o ensino profissionalizante. A conclusão dos estudos estava condicionada à aprendizagem de um ofício. Os alunos frequentavam, de acordo com suas aptidões, oficinas de sapataria, alfaiataria, marcenaria e artes plásticas. As oficinas de bordado eram oferecidas às meninas que frequentavam a instituição em regime de externato.

Um grande avanço na educação de surdos foi observado na década de 1960, nos EUA, com apoio de pesquisas realizadas na área da linguística, quando foi conferido status de língua à comunicação gestual entre surdos.

No Brasil, já no final dos anos 1980, os surdos lideraram o movimento de oficialização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Em 1993, um projeto de Lei deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação em âmbito federal, culminando com a criação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais, seguida pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que a regulamenta. Este Decreto contém nove capítulos dispendo sobre os seguintes temas: a LIBRAS como disciplina curricular; o ensino da língua portuguesa oferecida aos alunos surdos como segunda língua; a formação de profissionais bilíngues; e também a regulamentação do uso e difusão dessa língua em ambientes públicos e privados.

A educação bilíngue se torna o meio mais eficaz na educação de surdos no Brasil. Com a criação e regulamentação da “Lei da LIBRAS”, surge a oficialização da profissão de tradutor interprete de Língua de sinais, através da Lei 12.319 de 1 de setembro de 2010,

que regulamenta a profissão. Com isso os surdos passam a ter acessibilidade linguística em alguns ambientes, incluindo o âmbito educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Depois de receber os questionários respondidos pelos intérpretes foi realizada uma análise dos dados obtidos. Com base nos dados adquiridos, pode-se verificar a importância do intérprete educacional- IE para o ensino de surdo, assim como os desafios que esse profissional encontra em sua prática pedagógica no atual tempo de pandemia. Visando obter os dados necessários para realizar a análise sobre a os desafios do IE nas aulas remotas, foram feitas algumas perguntas aos intérpretes A e B, a partir das quais obtivemos as seguintes respostas, as quais se seguem as devidas análises:

A primeira e a segunda perguntas foram sobre o tempo e o tipo de formação dos intérpretes:

Intérprete A: “Graduação e Pós-Graduação na área, 8 anos de experiência”.

Intérprete B: “ Graduação, 5 anos de experiência”.

Observa-se que os entrevistados têm boa experiência na área tanto no que se refere ao tempo em que trabalham nela, quanto à formação inicial. O intérprete de Libras precisa estar em constante formação, visto que é uma língua viva, o que leva à ocorrência de muitas mudanças diariamente. Acerca desse ponto, a Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010 (BRASIL), em seu Artigo 4º, explique que o tradutor e intérprete de Libras- Língua portuguesa deve ter um curso de formação continuada e que todos os intérpretes precisam de uma formação específica na área. Logo, não se pode negligenciar o que a lei determina, nem a necessidade tanto com foco na formação de profissionais quanto foco no atendimento satisfatório para o aluno surdo.

A terceira pergunta foi: Quais os desafios encontrados nas aulas remotas?

Intérprete A: “Recursos adequados”

Intérprete B: “Acompanhar os conteúdos sem explicação dos professores”.

No que se refere aos desafios, encontramos dois. Se de um lado, para as aulas remotas, os recursos são escassos; por outro, também o é a interação com os professores, como relatou o Intérprete B. Ferramentas como vídeos, slides, materiais impressos ou digitalizados são sempre bem-vindos para a apreensão dos conteúdos em aulas remotas.

Mas, quando o repasse desses conteúdos requer a intermediação de outra pessoa, no caso o intérprete de LIBRAS, a sintonia com o professor titular da sala deve ser a melhor possível. Levando em consideração a importância desse tema, foi questionado aos intérpretes:

Existe parceria entre professor e Intérprete?

Intérprete A: “Não. O professor acredita que o aluno surdo é responsabilidade exclusiva do intérprete”.

Intérprete B: “No presencial sim, nas aulas remotas não. Por mais que pedimos, os professores sempre nos deixam em Stand-by, muitos nem nos responde”.

Lacerda et al (2011) afirma que o objetivo principal do intérprete não é apenas traduzir o que ouve para o surdo, é proporcionar uma aprendizagem eficiente para esse aluno e que isso só se dará através da ação conjunta intérprete/professor. Embora o Intérprete B tenha relatado que essa interação ocorresse nas aulas presenciais; naquelas de forma remota, objeto de análise desse trabalho, já não se pode dizer o mesmo. Quanto ao Intérprete A, a interação professor/intérprete para a melhoria de repasse de conteúdo para os alunos surdo nem existe.

Em seguida foi questionado como ocorre a contribuição dos professores nas aulas remotas.

Intérprete A: “Mandar os conteúdos”.

Intérprete B: “Fundamental, mas alguns precisam melhorar. Não é só passar atividades”.

As respostas obtidas aqui ratificam a falta de interação já mencionada anteriormente e ainda trazem o agravante de evidenciar o que se poderia chamar de ação unilateral no ensino do aluno surdo, uma vez que tem por base, como o relatam os intérpretes entrevistados, apenas o repasse de conteúdos e de atividades pelo professor. Não há a interação com o intérprete. O que se configura como um grande equívoco, pois o intérprete é um conhecedor do aluno surdo, mais que qualquer outro profissional que trabalha na escola. Como afirma Pires (2000, p. 85), é necessário, dentre outras coisas, conhecer as especificidades da língua do surdo, o que advém da cultura surda; é bem mais que apenas traduzir. E isso ninguém faz melhor que o intérprete.

Também foi perguntado se o intérprete recebe os conteúdos com antecedência; a resposta dos Intérprete A e B foi “ Não”.

Como já falado por Pires (2000), a ação do intérprete vai além de apenas interpretar, traduzir, para a LIBRAS o que está sendo falado pelo professor e, eventualmente algum aluno ouvinte. Os conteúdos trazidos para a sala de aula são verbalizados, por meio da voz, portanto som, e a maioria dos estudantes a entende com facilidade porque está sendo apresentada em sua língua materna (português) e pela forma de apropriação de ideias e informações que o próprio professor também tem. Mas é diferente com o aluno surdo, que aprende pelo modo visual, e na sua própria língua materna (LIBRAS), que usa de sinais específicos para a compreensão de mundo, modo de aprender que é só dele, não da maioria, nem do professor. Ao intérprete cabe o papel de transformar aquilo que é “sonorizado” em sinais visuais, de acordo com a cultura surda. Há todo um conjunto de fatores envolvido nesse ato, não pode ser uma simples transposição de som para imagem.

E quando esse profissional recebe de antemão o material que vai ser usado pelo professor em sala de aula, facilita esse trabalho, pois buscará em seu repertório cognitivo – se é símbolo, se é sinal, se é imagem, etc. - o melhor para ajudar o surdo; ou pelo menos terá tempo de buscar aprender sinais que não conhecia para assuntos que ainda não teve contato e ensinar o aluno. No caso das respostas obtidas pelos intérpretes entrevistados, nenhum relatou receber o material de trabalho com antecedência por parte do professor.

Em seguida foi questionado aos Intérpretes se eles receberam algum tipo de formação continuada nesse período Pandêmico: Intérprete A e B responderam que: “Não”.

Sobre esse quesito, recorre-se, mais uma vez à lei Nº 12.319 de 1º de setembro de 2010 em seu artigo 40, inciso III: “A formação profissional do tradutor e intérprete de libras – Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de: cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação”. Percebe-se que, pelas respostas obtidas dos intérpretes entrevistados, esse direito não está sendo efetivado.

Sobre as novas tecnologias utilizadas nesse período pandêmico, foi questionado: Qual aplicativo você utiliza no processo de interpretação com o seu aluno surdo?

Intérprete A: “WhatsApp”.

Intérprete B: “WhatsApp – por vídeo chamada”.

Entende-se que a maioria das pessoas não dispõe de recursos como computador, Tablet e internet de qualidade que assegure, por exemplo, aulas de vídeo chamadas por aplicativos que requerem uma conexão mais forte, como Zoom ou Google Meet, por exemplo. O WhatsApp, por outro lado, como meio de interação da rede social mais em conta e mais usados pelos alunos, principalmente da rede pública, passa a ser uma excelente forma de interação professor/intérprete/aluno surdo. Os entrevistados, como pode-se ver em suas respostas acima, usam essa ferramenta, para comunicação com o aluno, sendo que o Interpretador B especificou: “por vídeo chamada”.

Em seguida foi questionado sobre “Se é importante esse momento com o surdo e o que o intérprete modificaria”.

Intérprete A: “sim. Quanto a modificar fazemos sempre o que podemos, algumas modificações não dependem da gente”.

Intérprete B: “Sim, a interação é fundamental para a interpretação, mas em momento de aulas remotas fica muito vago, pois existe alguns conteúdos que não tem como explicar por vídeo chamada”.

Fica claro, pelas respostas obtidas, que a interação com o surdo é importante nesse momento de pandemia, uma vez que os outros alunos continuam suas aulas, mesmo que de forma remota, e o surdo também tem o mesmo direito de continuar seu aprendizado. Mas quanto à participação do intérprete em alguma modificação sobre os métodos utilizados, o Intérprete A diz que o que pode ser feito já está sendo feito, mas que outras modificações saem de seu poder de intervenção. O Interpretador B, por sua vez, diz que aulas remotas, por sua natureza, não permitem a interação em certos conteúdos que as aulas presenciais têm. Entende-se que essa é uma queixa natural de todos os professores.

A última pergunta foi “Você faz uso de algum material pedagógico para lhe auxiliar no processo de interpretação para os alunos surdos”?

Intérprete A: “Sim”.

Intérprete B: “Sim, na alfabetização”.

Percebe-se aqui que, mesmo sem a interação professor/intérprete, sem a antecipação de conteúdos que serão trabalhados para o intérprete por parte do professor e sem os direitos de formação continuados prescrito na Lei 12.319, os intérpretes entrevistados buscam meios próprios em materiais pedagógicos para auxiliar o aluno surdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa: “Os desafios dos intérpretes de Libras em tempos de Pandemia”, relatou as dificuldades desses profissionais no processo de interpretação nas aulas remotas no período de pandemia. Para tanto, buscamos fazer uma breve exposição histórica do atendimento da pessoa surda no Brasil, desde sua implementação à atualidade, assim mostrando a importância da inserção do surdo na educação como uma garantida fundamental.

Pelos contribuições dos teóricos apresentados, ficou evidente que a LIBRAS é a melhor forma de comunicação e ensino com o surdo, sendo ela considerada por lei como sua língua materna. Observamos também que, na atualidade, em tempos de pandemia, a garantia de o aluno surdo continuar seus estudos está sendo cumprida, assim como os demais alunos ouvintes, de forma remota.

Entretanto, não poderiam ser deixadas de lado as dificuldades enfrentadas pelo intérprete de LIBRAS durante as aulas na atual conjuntura. Foram relatados, nas entrevistas realizadas, dentre outros problemas, a falta de interação com o professor da turma, que considera o aluno como responsabilidade apenas do intérprete; falta de recursos adequados para as aulas on line e para alunos surdos e ausência de capacitação ofertada pelo poder público.

Os intérpretes, pelo analisado, buscam os meios disponíveis para o trabalho com o surdo, sendo o aplicativo WhatsApp o mais utilizado para as aulas remotas. Também relataram o uso de material pedagógico durante o ensino remoto com o aluno surdo.

Entende-se que o ensino no período atual é um dos mais difíceis da história, sendo o meio remoto o mais seguro, e que se para o aluno ouvinte já existem dificuldades nessa forma de aprendizado, quanto mais há para o aluno surdo, que necessita de intérprete para o repasse dos conteúdos dados pelo professor. É inegável que as garantias dadas pela lei Nº 12.319/10 precisam ser efetivadas e que a parceria intérprete/professor deve ocorrer de forma a realizar o ensino/aprendizado do conteúdo escolar de forma satisfatória para o aluno surdo, não apenas nas aulas presenciais, mas também nas aulas remotas do atual contexto de pandemia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Língua brasileira de sinais – LIBRAS. Brasília, 2002.

_____. **Decreto nº 5.626**, de 22 de Dezembro de 2005. Brasília, 2005. Língua brasileira de sinais – LIBRAS. Brasília, 2005.

_____. **Lei nº 12.319**, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

CAREGNATO, R. C. A; MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de Conteúdo**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 15(4), p. 679-684, out.-dez. 2006.

CYSNEYROS, Paulo Gileno. **Novas tecnologias na sala de aula: melhoria do ensino ou inovação conservadora?** Uniandes, Lidico vol.12,2012.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Educação Escolar Inclusiva das Pessoas com Surdez a Escola Comum: Questões Polêmicas e Avanços Contemporâneos**. In: II Seminário Educação inclusiva: Direito à Diversidade, 2005, Brasília. Anais. Brasília: MEC, SEESP, 2005. p.108 -121.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GOLDFELD, Marcia. **A criança Surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 7. Ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

GONÇALVES, H. B.; FESTA, P. S. V. **Metodologia do professor no ensino de alunos surdos. Ensaios Pedagógicos**. 2013. Disponível em:<http://www.opet.com.br/faculdade/revistapedagogia/pdf/n6/ARTIGO-PRISCILA.pdf> . Acesso em: 09 abr. 2020.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. dos; CAETANO, J. F LIMA, SILVA Eugênio. **Estudo Epidemiológico dos Distúrbios Ocupacionais Relacionados aos Membros Superiores nos Intérpretes de Surdos**. Movimento, v. 3, n. 3, 2011.

LACERDA, Cristina B. F. de. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental/ Cristina B. F. Lacerda**. – 6. Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2014.

MACHADO, Paulo César. **A política educacional de Integração/Inclusão – Um olhar do egresso surdo**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.

OLIVEIRA, Fabiana B. **Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras. Diálogos e saberes**. Mandaguari. V.8, n. 2012.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2 ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2008.



PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto; STROBEL, Karin. **Fundamentos da educação de surdos**. Florianópolis:UFSC, 2006.

PIAUÍ. **Decreto Nº 18.913 de 30 de Março de 2020**. Teresina - PI, 2020.

_____. **Portaria SEDUC-PI/GSE/ADM Nº 109/2020**. Teresina-PI, 2020.

_____. **Portaria SEDUC-PI/GSE/ADM Nº115/2020**. Teresina-PI, 2020.

_____. **Portaria SEDUC-PI/GSE Nº228/2020**. Teresina-PI, 2020.

PIRES, Cleidi. Intérprete de língua de sinais: um olhar mais de perto. In Espaço: informativo técnico-científico do INES, nº 12, Rio de Janeiro: INES, 2000.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROBST, Juliana Nunes. **A Língua Brasileira de Sinais (Libras) na comunicação de professores ouvintes e estudantes surdos**. Unochapecó. Curso de Pedagogia do 8º período. Chapecó – SC. 2011.

QUADROS, Ronice Müller de & PERLIN, Gladis. **Estudos Surdos** ed. Eletrônica, Ed. Arara Azul, 2007.

_____. Ronice M. & KARNOPP, Lodenir B. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos** – Porto Alegre: Artmede, 2004.

_____. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SCHMITZ, A. **Acessibilidade para os alunos surdos. 2014**. Disponível em:< http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unioeste_edespecial_pdp_alice_schmitz.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

ZANATA, E. M. **Práticas Pedagógicas Inclusivas Para Alunos Surdos Numa Perspectiva Colaborativa**. Tese (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, 2005, p. 198.